

Plano de Desenvolvimento Social do Bombarral

Setembro 2005



FICHA TÉCNICA

Título: Plano de Desenvolvimento Social do Bombarral

Elaborado por: Núcleo Executivo da Rede Social do Bombarral e Concelho Local de Acção Social do Bombarral

Edição: Município do Bombarral – Programa Rede Social

Impressão: GTO 2000 - Soc. Artes Gráficas, Lda. - Bombarral

Data: Bombarral, Setembro de 2005

Tiragem: 100 exemplares

Depósito Legal: 233106/05

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido desde que mencionada a fonte

“Com o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) passa-se de um nível de conhecimento para um nível de decisão em que são feitas opções, em que se desenham orientações e cenários de transformação da realidade social, partindo dos problemas e prioridades assinaladas no Diagnóstico”

In “Plano de Desenvolvimento Social”, Instituto de Desenvolvimento Social, Lisboa 2002



NOTAS DE ABERTURA

Na sequência do trabalho que tem vindo a ser realizado desde Abril de 2003 no âmbito do Programa REDE SOCIAL, o Plano de Desenvolvimento Social do Bombarral constitui um instrumento de importância estratégica para o Concelho, não só porque aponta caminhos para um crescimento social sustentado e articulado, como, também, consolida um programa de parceria que até aqui se tem revelado de extrema utilidade para o Concelho e para a sua população.

Exemplo disso foi a recente publicação do Diagnóstico Social do Bombarral, trabalho basilar para a construção do presente documento, na medida em que constituiu o fio condutor para a identificação dos principais problemas sociais do Concelho e, conseqüentemente, para a escolha das prioridades de intervenção aqui analisadas.

A importância deste trabalho advém igualmente da necessidade de envolvimento e de compromisso que tem que existir entre os vários parceiros que constituem a REDE, pois só através do labor conjunto poderão surgir alguns frutos visíveis em relação ao delineado neste plano estratégico de desenvolvimento.

Em suma, num panorama que em termos sociais poucas vezes se afigura positivo, pretende-se que o Plano de Desenvolvimento Social do Bombarral, em particular, e a continuidade do programa REDE SOCIAL, em geral, tragam novos horizontes ao desenvolvimento do Concelho, estando esta Câmara a desenvolver esforços no sentido de dotar o Gabinete de Acção Social de mais meios humanos e materiais, de forma a colmatar a actual insuficiência dos mesmos.

Da mesma forma, pretende-se a criação do Cartão Municipal do Idoso, produto que numa fase inicial terá um âmbito limitado, mas que futuramente permanecerá aberto a novos contributos e iniciativas de maneira a alcançar a maior abrangência possível.

Contudo o trabalho da Acção Social não termina no apoio aos idosos, antes abrangendo todos os carenciados do nosso Concelho, porque a solidariedade deve ser extensível a todos.

Por fim, é justo salientar que todo este trabalho só foi e continuará a ser possível graças ao envolvimento dos parceiros que o compõem e, particularmente, dos técnicos envolvidos.

O Vereador da Acção Social
José António Filipe

Quando falamos em *desenvolvimento social* estamos a usar o termo *desenvolvimento* no seu significado mais alargado. Entendido apenas como progresso tecnológico, científico e económico o *desenvolvimento* não abrange o todo da sociedade dos homens e um *desenvolvimento* que não seja integral não gera harmonia, estabilidade e bem-estar social. Portanto, o *desenvolvimento* tem de ser concebido para o homem todo e para todos os homens.

O *desenvolvimento social* será, portanto, a afirmação mais alargada de desenvolvimento humano de um país, de um concelho ou de uma qualquer sociedade por atender às necessidades básicas de todos os habitantes. Só quando as necessidades básicas estiverem resolvidas satisfatoriamente se passará a responder às necessidades mais elevadas do ser humano. Uma sociedade que aposte no *desenvolvimento* de apenas uma parte da sua população, está a comprometer o seu futuro.

O desenvolvimento deve ser ainda entendido no nosso tempo como um dinamismo de mudança da qualidade das pessoas. Um desenvolvimento pelo ser mais e não apenas ter mais. Não necessitamos de pessoas cheias de dinheiro, necessitamos antes de pessoas muito educadas, bem formadas, com princípios de vida, com capacidade de definir um objectivo de vida, abertas ao diálogo entre gerações e dispostas à construção do bem que a todos diz respeito. A ideia ou o princípio de vida de que o dinheiro e o prazer são a única coisa que justifica acção humana, tem levado a comportamentos horríveis. O *desenvolvimento social* não deverá acontecer por medo dos desequilíbrios sociais mas por um princípio justo e bom de que não haverá verdadeiro desenvolvimento que não diga respeito a todo o meio social.

Não se pretende menosprezar a importância do desenvolvimento económico, mas também no que diz respeito aos bens materiais, cada vez mais se entende como a solidariedade é expressão de responsabilidade social e sinal de que muitos já concluíram que ninguém em sociedade se pode sentir feliz sozinho. A solidariedade é expressão de grande elevação e qualquer plano ou projecto social tem de a ter em conta.

Bem sabemos que nem todos têm de fazer as mesmas coisas e que nem todos têm as mesmas capacidades de empreendimento. Porém, numa sociedade que se quer desenvolver harmoniosamente, alguém tem de pensar e reflectir as coisas no seu conjunto.

O *Plano Estratégico de Desenvolvimento Social* para o Concelho do Bombarral poderá constituir um instrumento válido na busca de encontrar as melhores respostas, na consciência de que a criatividade aberta pode ser expressão de uma bondade necessária para o bem de todos.

Cónego José Traquina



INDICE

1. INTRODUÇÃO	7
2. METODOLOGIA	9
3. DO DIAGNÓSTICO AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	11
4. APRESENTAÇÃO DE DADOS	14
Formação Profissional	14
Plano de Acção - Formação Profissional	17
Plano Familiar Integrado	18
População Idosa	18
Plano De Acção - População Idosa	21
Crianças e Jovens em Risco	22
Plano de Acção - Crianças e Jovens em Risco	25
Habitação	26
Plano de Acção - Habitação	29
Toxicodependência	30
Plano de Acção - Toxicodependência	33
População Portadora de Deficiência	34
Plano de Acção - População Portadora de Deficiência	37
5. MODELO DE AVALIAÇÃO	38
Anexo Entidades constituintes do Conselho Local de Acção Social do Bombarral	40

1. INTRODUÇÃO

O planeamento na área social constitui um trabalho de análise e acção que congrega o conhecimento das particularidades das problemáticas locais no intento de provocar mudanças positivas.

Neste sentido, “por Plano de Desenvolvimento Social (PDS) entende-se a definição de um plano estratégico para 3/5 anos no qual se definem as estratégias de intervenção, bem como os objectivos a alcançar (tanto gerais como específicos). É um instrumento de definição conjunta e contratualizada de objectivos prioritários, servindo de enquadramento às intervenções para a promoção do desenvolvimento social local. O PDS enuncia uma estratégia para atingir uma situação social desejável, mas realista, nos territórios sobre os quais incide.”¹

O mesmo será dizer que o PDS deverá constituir um instrumento de definição negociada e articulada de objectivos, tendo em conta a promoção do desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida das pessoas. Desta forma, tendo como base de trabalho a hierarquização de problemas constante no Diagnóstico Social, interessa agora definir eixos de intervenção, objectivos a atingir e estratégias a aplicar para, aproveitando os recursos materiais e humanos existentes, tentar colmatar ou minimizar os problemas identificados.

É, aliás, da optimização dos recursos existentes a nível local e regional que se deverão encontrar as soluções que se afigurem mais adequadas: “O Plano é uma oportunidade para a produção de inovação resultante da possibilidade de inventar soluções e gerar recursos. Isto não significa a construção de equipamentos, mas sobretudo a criação de novas modalidades de resposta, aproveitando sempre que possível, estruturas e dinâmicas já existentes”²

A construção do PDS do Bombarral tenta assim dar algumas respostas às necessidades identificadas no Diagnóstico Social do Concelho, procurando envolver a maior parte das instituições que trabalham no âmbito do social. É de facto imprescindível perceber que este PDS existe e só pode ser compreendido à luz do Diagnóstico Social.

¹ In “Guião para a Implementação do Programa Rede Social nos Concelhos”, Lisboa 2004

² Idem



O conteúdo deste documento engloba também os Planos de Acção para as várias áreas de intervenção identificadas. Por uma questão de economia de meios e pelos próprios “timings” disponíveis, não se achou necessário construir dois documentos distintos. Assim, na sequência da análise feita em cada área de intervenção, surge(m) o(s) correspondente(s) Plano(s) de Acção. Estes, nem sempre serão os desejáveis, mas numa perspectiva realista de abordagem e intervenção, foram os possíveis de elaborar.

É igualmente necessário perceber que PDS e Plano de Acção, embora directamente relacionados, são situações distintas tanto na sua abordagem teórica como na sua aplicação prática. Enquanto que no primeiro caso, com base nos resultados do Diagnóstico Social, se torna possível a elaboração de um plano estratégico, razoavelmente consensual, para o desenvolvimento social do Concelho, já no segundo caso, é indispensável que exista o compromisso dos parceiros no desenvolvimento das acções, compromisso esse que nem sempre foi possível.

2. METODOLOGIA

“O Plano de Desenvolvimento Social deve ser realista, propondo-se apenas objectivos concretizáveis sob pena de cair no descrédito junto da população e dos parceiros, pelo que a escolha das estratégias deve ponderar cuidadosamente este aspecto (...) deve ser amplamente participado e resultar de consensos entre as entidades e agentes locais envolvidos no processo.”³

O Plano de Desenvolvimento Social do Bombarral é, antes de mais, consequência de um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Núcleo Executivo e pelo Conselho Local de Acção Social do Bombarral, ao longo dos últimos dois anos. Naturalmente é fruto, também, dos resultados apurados pelo Diagnóstico Social do Concelho e, principalmente, da hierarquização de necessidades constantes no mesmo.

A metodologia utilizada para a construção do presente trabalho assentou na construção de um processo, que envolveu uma equipa multidisciplinar dividida em vários grupos de trabalho. Assim, primeiramente definiram-se os Eixos de Intervenção a abordar, bem como as equipas que iriam trabalhar cada Eixo (ver quadros do PDS), para posteriormente, em reuniões com cada equipa, se definirem Finalidades, Objectivos, Estratégias e Indicadores para cada área de intervenção. Da mesma forma, foram elaborados os Planos de Acção correspondentes aos Eixos de Intervenção.

Da grelha dos Planos de Acção constam as actividades a concretizar, a calendarização prevista, os recursos humanos e materiais necessários e, sempre que possível, a(s) entidade(s) responsáveis pelo processo. Refira-se ainda que nem sempre estas são as actividades desejáveis, mas sim aquelas que na altura pareceram possíveis de realizar.

Foram seleccionados dois grandes Eixos de Intervenção, a saber: Formação Profissional, e aquilo que se optou por designar de Plano Familiar Integrado. Esta escolha teve, logicamente, a ver com os dados apontados pelo Diagnóstico Social, mas também, com a exequibilidade dos processos, ou seja, com a possibilidade de concretização dos vários objectivos propostos. Quer isto dizer que o presente trabalho, mais do que

³ In “Plano de Desenvolvimento Social”, Instituto de Desenvolvimento Social, Lisboa 2002



intervir sobre as principais necessidades sociais do Concelho, intervém, prioritariamente, naquelas que mais viabilidades têm de se minimizar ou mesmo solucionar.

Partindo desta perspectiva realista e de acordo com as possibilidades existentes de potenciar os recursos locais existentes, pretende-se que as grandes linhas orientadoras para o desenvolvimento social do Concelho estejam definidas nos quadros do PDS propriamente dito, para, conseqüentemente, serem operacionalizadas em termos de actividades concretas nos Planos de Acção.

3. DO DIAGNÓSTICO AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Fruto da Resolução de Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de Novembro, o Programa Rede Social tem na sua génese o desenvolvimento local com vista à erradicação ou alteração da pobreza e da exclusão social. Neste sentido, “propõe-se a desenvolver parcerias efectivas e dinâmicas que articulem intervenções sociais, promovendo para isso um planeamento integrado, participado e sistemático, através de um Diagnóstico Social, de um Plano de Desenvolvimento Social e de vários Planos de Acção para, deste modo, garantir maior eficácia ao conjunto de respostas e intervenções sociais nos concelhos onde vai sendo implementado.”⁴

Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social são parte integrante do mesmo processo, articulando-se e complementando-se. Enquanto que no primeiro foi feito o levantamento da situação social do Concelho a partir da sistematização e tratamento das informações recolhidas e elencando as principais prioridades de intervenção, o segundo, a partir das prioridades identificadas no Diagnóstico, tenta apontar as principais linhas estratégicas a percorrer, traduzidas através de planos de actividade realistas e concretizáveis.

Implementado em Abril de 2003 no Bombarral, o Programa Rede Social tem até à data cumprido, na medida do possível, com os pressupostos objectivados inicialmente. Tal decorreu, também, na elaboração deste PDS, constituindo preocupação constante, o seguimento dos princípios que norteiam a implementação do Programa, nomeadamente: Integração, Articulação, Participação, Subsidiariedade e Inovação.

Assim, no que respeita à Integração, todo o trabalho que tem sido desenvolvido visa, essencialmente os grupos sociais mais desfavorecidos, tentando a sua reintegração social através de esforços conjuntos de várias entidades, seja com recurso a projectos financiados (Plano de Prevenção Primária, Ser Criança, etc.), seja através de processos desenvolvidos com recursos locais (Levantamento da População Deficiente, Criação de Rede Concelhia de Apoio ao Idoso, etc.).

⁴ In “Diagnóstico Social do Concelho do Bombarral”, Dezembro de 2004



Também no caso da Articulação se tem verificado, desde o início do Programa, uma parceria efectiva que, dentro das expectativas esperadas, tem conseguido a planificação e coordenação das actividades a levar a cabo. Passou-se na elaboração deste documento, com a criação de vários grupos de trabalho que consolidaram, tanto as grandes linhas orientadoras do PDS, quanto os Planos de Acção.

No caso da Participação, têm sido vários os contributos dados por actores privilegiados da população do Bombarral, tanto na participação em grupos de trabalho, como através de textos escritos no enriquecimento dos documentos elaborados.

O princípio da Subsidiariedade tem sido um dos que mais tem preocupado os elementos constituintes da parceria, principalmente por nem sempre ser possível cumpri-lo da forma desejada, seja por falta de meios financeiros, seja por falta de recursos materiais e humanos. De qualquer forma, tem sido notório ao longo das reuniões de trabalho efectuadas, a preocupação em tentar solucionar os problemas através dos recursos locais e regionais.

Finalmente, o princípio da Inovação constitui aquele que mais evidente se tem tornado ao longo dos últimos dois anos, seja em realizações de eventos a partir da Rede Social do Bombarral (Ciclo de Cinema “Exclusão Social”, Jornadas de Exclusão Social, etc.), seja nas próprias actividades planeadas nalguns Planos de Acção (Criação de uma Rede Concelhia de Apoio ao Idoso).

O Plano de Desenvolvimento Social do Bombarral, conforme já referido no capítulo da Metodologia, partiu da constituição de uma equipa de trabalho multidisciplinar que se dividiu em vários grupos, por áreas específicas a abordar. Concluiu esta equipa de trabalho, com base nos resultados do Diagnóstico social, definir dois grandes Eixos Estratégicos de Intervenção, nomeadamente: Formação Profissional e Plano Familiar Integrado.

Segundo o Diagnóstico Social, “A inexistência de oferta de Formação Profissional no concelho do Bombarral foi identificada como um dos principais problemas em matéria de emprego e qualificações profissionais (...)”. Se se tiver em conta que a formação profissional está na base de uma mão de obra qualificada, capaz de servir um mercado de trabalho bem estruturado e competitivo, e se a isto acrescer que um mercado de trabalho de qualidade está na origem da resolução ou redução de problemas tais como a melhoria da oferta de trabalho, das remunerações mais elevadas e, por conseguinte da melhoria da qualidade de vida das pessoas, pode-se apontar no sentido de que esta será uma das principais prioridades de intervenção no Concelho.

No segundo caso, optou-se por criar um Eixo de Intervenção abrangente e transversal, que englobasse várias das prioridades identificadas no Diagnóstico. Assim, estabeleceu-se um Plano Familiar Integrado, que encerra várias áreas de intervenção, nomeadamente: População Idosa; Crianças e Jovens em Risco; Habitação; Toxicodependência; e População Deficiente. Pelo facto de todas estas áreas estarem relacionadas com a questão familiar, decidiu-se pela criação de um grande Eixo de Intervenção, que trabalhando cada área individual ou articuladamente, fosse ao encontro de soluções para outro dos grandes problemas do Concelho: a destruturação e a fragilidade do tecido familiar.



4. APRESENTAÇÃO DE DADOS

Formação Profissional

“O Emprego constitui um dos vectores fundamentais do desenvolvimento de qualquer sociedade, não só porque permite a existência da mão-de-obra para o funcionamento das diversas actividades económicas, mas também porque permite a integração total dos indivíduos em sociedade. (...) Neste contexto, a Formação Profissional pode considerar-se uma das bases para a construção de um mercado de emprego fiável e bem estruturado.”⁵

Integrar a Formação Profissional como Eixo de Intervenção independente no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social do Bombarral, ajuda a perceber o quão fundamental esta área se torna para o desenvolvimento sustentado do Concelho. Infelizmente, no momento presente, a oferta de formação é praticamente inexistente, conforme é referido no Diagnóstico Social do Concelho: **“A inexistência de oferta de Formação Profissional no concelho do Bombarral foi identificada como um dos principais problemas em matéria de emprego e qualificações profissionais, não só porque impossibilita que as pessoas consigam adquirir os conhecimentos e as qualificações na sua terra, como, por outro lado, leva a que quem pretenda adquirir este tipo de qualificações tenha que se deslocar para outros concelhos, obrigando a maiores gastos e muitas vezes, facilitando a fixação destes indivíduos nos mercados de trabalho exteriores ao Concelho.”⁶**

De facto, os reduzidos níveis de qualificações profissionais existentes na população, aliados à escassez de oferta de Formação Profissional no Concelho, constituem factor determinante para a fraca adesão de empresas ao Concelho.

Sabendo-se que o sucesso de qualquer estratégia de atracção de investimentos empresariais para uma qualquer região passa em grande parte pelos níveis de qualificações profissionais da sua população activa, parece ser inegável a necessidade de se encontrarem soluções viáveis para tal lacuna no concelho do Bombarral.

⁵ In “Diagnóstico Social do Concelho do Bombarral”, Dezembro de 2004

⁶ Idem

Neste sentido, a criação de uma Escola de Formação Profissional no Bombarral, não sendo uma proposta que constitua novidade, na medida em que já existe um projecto que previa a sua implantação no Bombarral, seria um dos objectivos primordiais a ter em conta num Plano de Desenvolvimento Social para o Concelho.

A aposta numa escola deste tipo para o Concelho deverá sempre ter em conta as necessidades de formação da população, procurando oferecer respostas ajustadas às necessidades do mercado de trabalho da região. Deverá ainda ter em conta os perfis funcionais requeridos pelas empresas, e assim estabelecer prioridades de formação, sendo para isso necessário, estabelecer uma relação estreita com as empresas regionais, para que se conheçam as principais dificuldades em termos de necessidades de qualificações profissionais

A fundação de uma estrutura deste tipo não necessitaria obrigatoriamente de uma obra de raiz, podendo para isso aproveitarem-se recursos já existentes no Concelho e que pudessem adequar-se a um projecto desta natureza.

Por outro lado, paralelamente, deverão ser desenvolvidos esforços no sentido de fomentar a implementação no Concelho de Formação Profissional Qualificante, através de acordos com entidades certificadas para o efeito, nomeadamente, o Centro de Emprego de Caldas da Rainha, o Centro de Formação Profissional de Santarém, ou outras entidades protocolares ou privadas. Sobre este aspecto, refere o Diagnóstico Social do Concelho que “muita da formação ministrada actualmente na região está revestida da qualidade exigida (...)” o que quer dizer “(...) que a Região Oeste, em geral, e o Concelho do Bombarral, em particular, poderão beneficiar das vantagens que daí advêm”

Naturalmente que a implementação de formação qualificante no Concelho carece de um trabalho prévio de identificação das necessidades, tanto do tecido empresarial, como dos potenciais interessados na formação.

O que de facto se pretende é a instauração de um Plano Integrado de Formação para o Concelho, seja na forma de cursos de formação qualificante, seja na criação de uma Escola Profissional. Um Plano que vise a adequação da formação às necessidades encontradas no mercado de trabalho regional, que faça o ajustamento entre a formação ministrada e as competências requeridas pelas empresas e que estabeleça prioridades de formação de acordo com as necessidades encontradas.



EIXO DE INTERVENÇÃO: Formação Profissional

Finalidade	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Estratégia	Indicadores
<ul style="list-style-type: none">• Combater os baixos níveis de qualificação profissional dos habitantes do Concelho.	<ul style="list-style-type: none">• Fomentar e implementar no concelho do Bombarral Formação Profissional qualificante.• Fomentar e Incentivar as requalificações e reconversões profissionais.• Criar condições para a revitalização do projecto (já existente) de implementação de uma Escola Profissional no Concelho.	<ul style="list-style-type: none">• A partir de 2005 conseguir implementar no Bombarral cursos de Formação Profissional Qualificante.• A partir de 2005 melhorar as qualificações profissionais da População Activa do Concelho.• A partir de 2005 criar condições para que haja um reaproveitamento dos alunos que abandonam a Escola precocemente.• A partir de 2005 incentivar as empresas do Concelho a criarem condições para a admissão de formandos do Concelho para a realização de estágios profissionais.	<ul style="list-style-type: none">• Promoção e difusão de informação sobre ofertas de formação no Concelho.• Interação entre as diversas entidades do Concelho interessadas, e o Centro de Emprego de Caldas da Rainha.• Estabelecimento de parcerias com Centros de Formação Profissional a laborar na região.	<ul style="list-style-type: none">• Número de acções de formação implementadas no Concelho.• Número de formandos inscritos nas acções de formação.• Número de formandos que concluíram as acções de formação.• Número de formandos resultantes do abandono escolar precoce.• Número de estágios criados nas empresas do Concelho.

PLANO DE ACÇÃO - Formação Profissional

Actividades	Calendarização	Recursos Humanos	Recursos Materiais	Entidades Responsáveis
Levantamento das necessidades de formação da população em idade activa no Concelho	A partir de Maio de 2005	Técnico do Centro de Emprego de Caldas da Rainha. Técnico da UNIVA do Bombarral. Técnico da Rede Social.	Viatura da C.M.B.	Centro de Emprego de Caldas da Rainha. C.M.B.
Seleção dos cursos a implementar no Concelho	A partir de Junho de 2005	Técnico do Centro de Emprego de Caldas da Rainha. Técnico da UNIVA do Bombarral. Técnico da Rede Social.	-	Centro de Emprego de Caldas da Rainha. Outra a definir.
Recrutamento e Seleção dos formandos	A partir de Junho de 2005	Técnico do Centro de Emprego de Caldas da Rainha. Técnico da UNIVA do Bombarral. Técnico da Rede Social.	-	Centro de Emprego de Caldas da Rainha. Outra a definir.
Implementação da Medida – Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato e do Património Natural, Cultural e Urbanístico	A partir de Junho de 2005	Técnicos da C.M.B. Técnico do Centro de Emprego de Caldas da Rainha..	Salas de formação equipada. Equipamento Audiovisual. Material de desgaste rápido.	C.M.B. (na realização do projecto). Centro de Emprego de Caldas da Rainha.

Grupo de Trabalho: representantes da Câmara Municipal do Bombarral; representante do S.L.S.S do Bombarral; representante do Centro de Emprego das Caldas da Rainha; representante da Associação Comercial do Bombarral; representante do Agrupamento de Escolas Fernão do Pó.



Plano Familiar Integrado

População Idosa

“Às políticas de protecção social da velhice é exigido que respondam aos velhos e aos novos problemas que se põem às sociedades, como a portuguesa, em que um elevado índice de envelhecimento coexiste com problemas estruturais de desenvolvimento. Ou seja, é necessário um esforço acrescido no sentido de garantir às gerações mais velhas o acesso à partilha dos bens económicos, sociais e culturais que constituem o capital acumulado das nossas sociedades.” (Quaresma, Maria de Lurdes, 2005)

Constitui facto inegável a tendência de envelhecimento registada no Concelho nos últimos anos, o que se pode confirmar através da análise do Diagnóstico Social que refere que **“Entre 1991 e 2001 assistiu-se, não só, ao envelhecimento generalizado da população (...) como também ao envelhecimento dos próprios idosos com mais de 69 anos, no concelho do Bombarral.”**

Aqui se levantam algumas questões relacionadas com a capacidade de respostas que é proporcionada a esta faixa populacional no Concelho. De facto, a tendência de envelhecimento registada, associada a uma cada vez maior esperança de vida da população, leva à necessidade de criação de respostas ajustadas às realidades locais.

No caso do Bombarral, a situação é, no mínimo, preocupante: **“Também no apoio à 3ª idade se levantam algumas dificuldades, nomeadamente pela escassez de equipamentos na maior parte das freguesias do Concelho, o que facilmente se conclui se se tiver em conta que, actualmente, são cerca de 150 os utentes em lista de espera, só para o lar do Centro Social e Paroquial do Bombarral. Junte-se a isto o crescente envelhecimento da população do Bombarral e o isolamento espacial e familiar a que muitos estão votados e poder-se-á considerar este, como o principal problema social do Concelho a curto/médio espaço de tempo.”**⁷

O apoio social efectuado à população idosa do Concelho resume-se ao Serviço Domiciliário proporcionado pela Santa Casa da Misericórdia e aos serviços disponíveis pelos dois lares existentes, o que naturalmente não chega para satisfazer o total das necessidades.

⁷In “Diagnóstico Social do Concelho do Bombarral”, Dezembro de 2004

Neste sentido, seria importante encontrar formas estruturadas de apoio à população idosa, nomeadamente no que concerne a espaços de convívio existentes em alguns locais estratégicos do Concelho, espaços esses capazes de promover uma convivência pluridisciplinar e atractiva, garantindo, ao mesmo tempo, os serviços básicos de apoio, caso da alimentação ou do tratamento do vestuário. As infra-estruturas para tais espaços poderiam encontrar-se em espaços já existentes que pudessem ser reaproveitados (por exemplo, escolas básicas desactivadas) ou, nos casos em que para isso houvesse condições, a construção de raiz devidamente orientada.

Colateralmente seria também importante a criação de uma rede concelhia de apoio, capaz de, num contexto local, prestar alguns cuidados básicos de apoio à população idosa mais necessitada, impedindo assim o desenraizamento sócio-familiar dos idosos. Tal rede implicaria a presença de uma ou mais pessoas devidamente preparadas, preferencialmente a habitar na zona onde fossem intervir, capazes de fornecer alguns cuidados, com base numa descrição de tarefas previamente definidas.

Naturalmente que em ambas as situações é imperioso que haja uma articulação de esforços entre as várias instituições concelhias - e não só -, no sentido destas ou de outras respostas possíveis, encontrarem viabilidade o mais cedo possível.



EIXO DE INTERVENÇÃO: Plano Familiar Integrado – POPULAÇÃO IDOSA

Finalidade	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Estratégia	Indicadores
<ul style="list-style-type: none">Reforçar a integração sócio-familiar de alguns grupos sociais menos favorecidos.	<ul style="list-style-type: none">Proporcionar apoio social adequado à população idosa do Concelho.	<ul style="list-style-type: none">Aumentar/criar respostas adequadas à população idosa do Concelho.Criar uma rede concelhia de apoio aos idosos, de forma a não permitir o desenraizamento do seu meio sócio-familiar.Criar condições para a adaptação de um ou mais espaços multiusos de apoio aos idosos.Qualificar pessoal para a prestação de serviços no apoio aos idosos.	<ul style="list-style-type: none">Estabelecer acordos entre as Juntas de Freguesia, a Autarquia e as IPSS's do Concelho, no sentido da criação da rede concelhia de apoio à população idosa.	<ul style="list-style-type: none">Número de idosos acompanhados.Número de prestadores de serviços a trabalhar no projecto de rede.Número de entidades parceiras a trabalhar no projecto de rede.

PLANO DE ACÇÃO - População Idosa

Actividades	Calendarização	Recursos Humanos	Recursos Materiais	Entidades Responsáveis
Reuniões com Juntas de Freguesia do Concelho	A partir de Junho de 2005	Técnicos da C.M.B. Presidentes de Junta das Freguesias do Bombarral	Sala de reuniões da C.M.B. ou das Juntas de Freguesia.	C.M.B. Juntas das Freguesias do Bombarral.
Reuniões com IPSS's do Concelho	A partir de Junho de 2005	Técnicos da C.M.B. Responsáveis pelas IPSS's do Concelho	Sala de reuniões da C.M.B. ou das IPSS's.	C.M.B. IPSS's do Concelho.
Caracterização da População Idosa por Freguesia	A partir de Junho de 2005	Técnicos da C.M.B. Presidentes de Junta das Freguesias do Bombarral	Viatura da C.M.B. ou das Juntas de Freguesia. Equipamento informático.	C.M.B. Juntas das Freguesias do Bombarral.
Criação da Rede Concelhia de Apoio ao Idoso	A partir de Julho de 2005	Grupos Sócio-Caritativos Conferências Vicentinas Outros a definir.	Equipamentos locais desactivados (escolas). Outros a definir.	C.M.B. Juntas das Freguesias do Bombarral. IPSS's do Concelho e outras a definir

Grupo de Trabalho: representantes da Câmara Municipal do Bombarral; representante do S.L.S.S do Bombarral; representante da Santa Casa da Misericórdia; representante do Centro Social Paroquial do Bombarral; representante do Grupo Sócio-Caritativo do Vale Covo; representante do Grupo Sócio-Caritativo do Cintrão; representante da Conferência Vicentina S.S. do Mundo; representante da Conferência Vicentina N.S. da Conceição.



PLANO FAMILIAR INTEGRADO

Crianças e Jovens em Risco

“É pena! Muita pena! Pena que, numa era de maravilhas científicas e tecnológicas, à beira da decifração do código genético, à beira de desvendarmos o último segredo da vida, a besta humana continue, cada vez mais desumana e mais sádica, a agredir o melhor que o mundo tem: as crianças.” (António de Almeida Santos)⁸

Quando se fala em crianças e jovens em risco fala-se de cidadãos que vivem, na maioria dos casos, alheados dos seus direitos e deveres fundamentais, geralmente associados a quadros familiares disfuncionais e problemáticos e que muitas vezes se encontram em situação de irreversibilidade em termos de equilíbrio funcional. A muitas destas crianças nunca foram dadas hipóteses de explorar e potenciar as suas capacidades enquanto tal.

Nestes casos, o modo de vida das crianças é, tendencialmente, deformado em relação às normas das ditas “sociedades modernas”, dado que o processo de socialização vai interiorizando as regras e os valores que lhes são ditados pela instituição que mais próximo lhe está: a família. Assim sendo, uma criança que conviva no seio de uma família problemática poderá, mais tarde, vir a ter reflexos da sua vivência passada no seu comportamento e desenvolvimento.

Sabe-se que a escassez de equipamentos de apoio à infância nalgumas das freguesias do Bombarral é uma das questões preocupantes na área da Acção Social, nomeadamente a completa inexistência de um Centro de Acolhimento Temporário para Crianças no Concelho, obrigando a que as suas crianças em situação de risco ou sem condições para habitar nos seus alojamentos de origem, tenham que ser enviadas para Centros de Acolhimento de outras regiões.

⁸ In “Famílias e Maus Tratos às Crianças em Portugal – Relatório Final”, da autoria de Ana Nunes de Almeida, Isabel Margarida André e Helena Nunes de Almeida, Prefácio de António de Almeida Santos, Assembleia da República, Lisboa 2001.

Sabe-se, igualmente, que o número de casos acompanhados pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Bombarral, é bastante considerável, tendo em conta a dimensão do Concelho.

Partindo destes pressupostos, torna-se necessário que os direitos das crianças e dos jovens do Concelho sejam prevenidos e promovidos, de forma a minimizar o mais possível situações que ponham em risco a sua segurança, saúde, formação, educação, em suma, o seu desenvolvimento integral.

Neste sentido a articulação de esforços para a criação de um Centro de Acolhimento Temporário no Concelho parece ser consensual, faltando para isso a intencionalidade que um projecto deste tipo necessita.

Também a criação de uma estrutura de apoio familiar, poderá ser uma mais valia importante no que concerne ao tratamento dado a este tipo de situações, espaço esse, que poderá entroncar numa qualquer instituição de acção social do Concelho e que teria como objectivo principal o apoiar e aconselhar as famílias que nele procurassem ajuda.



EIXO DE INTERVENÇÃO: Plano Familiar Integrado – CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

Finalidade	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Estratégia	Indicadores
<ul style="list-style-type: none">Reforçar a integração sócio-familiar de alguns grupos sociais menos favorecidos.	<ul style="list-style-type: none">Criar respostas sociais no âmbito da protecção às crianças e jovens em risco.	<ul style="list-style-type: none">Intervir de forma individual e sistemática nas situações sócio-familiares das crianças de modo a eliminar ou reduzir os factores de risco.Intervir de forma individual e sistemática nos agregados familiares de cada criança no sentido da autonomização de cada família.	<ul style="list-style-type: none">Estabelecer acordo entre a C.M.B. e a Santa Casa da Misericórdia do Bombarral, com o objectivo de uma candidatura ao programa “Ser Criança”.Estabelecer futuras parcerias com outras entidades com competência na matéria.Promover a participação da Comunidade no trabalho a desenvolver.	<ul style="list-style-type: none">Número de crianças apoiadas.Número de famílias apoiadas.

PLANO DE ACÇÃO – Crianças e Jovens em Risco

Actividades	Calendarização	Recursos Humanos	Recursos Materiais	Entidades Responsáveis
Candidatura ao Programa “Ser Criança”	Maio de 2005	Técnica de Acção Social da C.M.B. Representante da Segurança Social. Representante da Santa Casa da Misericórdia. Representante da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (C.P.C.J.)	Sala de Reuniões da C.P.C.J. Equipamento informático	C.M.B. Segurança Social. Santa Casa da Misericórdia. C.P.C.J.

Grupo de Trabalho: representantes da Câmara Municipal do Bombarral; representante do S.L.S.S do Bombarral; representante da Comissão de Protecção a Crianças e Jovens em Risco; representante da G.N.R. do Bombarral.



PLANO FAMILIAR INTEGRADO

Habitação

“Para que se consiga o desejado equilíbrio, será necessário harmonizar os espaços construídos com os espaços por construir e com as zonas verdes a preservar ou a implementar, da mesma forma que não se pode perder de vista a conservação do património histórico e arquitectónico existente. Só assim se conseguirá o tal desenvolvimento sustentado e estratégico das regiões e das localidades que vai permitir um índice de qualidade de vida mais vantajoso para as populações”⁹

A habitação é um bem essencial ao quotidiano do Homem, constituindo um dos indicadores das desigualdades sociais existentes, o que significa que o alojamento está na base do enquadramento económico, relacional e cultural das pessoas. Sabe-se que, de uma forma geral, as más condições habitacionais são geradoras de tensões no seio dos agregados familiares, que por seu lado podem trazer uma série de outros problemas, que podem ir desde as rupturas familiares, até à perda do emprego.

Assim sendo, cabe aos agentes sociais e económicos das regiões encontrarem formas de combate a tal situação. Aqui, as Autarquias têm um papel fundamental a desempenhar visto terem, geralmente, um conhecimento aprofundado do seu parque habitacional, bem como das situações sociais mais precárias.

Através do conhecimento da realidade concelhia e dos dados fornecidos pelo Diagnóstico Social pode-se dizer que nesta área de intervenção muito há a fazer o que é referido no Diagnóstico do Concelho: “O parque habitacional envelhecido e degradado é, aliás, um dos principais problemas em termos de habitação no Concelho e que apenas poderá ser combatido com estratégias concertadas entre Administrações Local e Central e com o próprio interesse dos proprietários, de modo a que sejam efectuadas intervenções de recuperação, beneficiação e modernização.” (...). “De facto, se se contabilizar o número de edifícios de construção anterior a 1970, constata-se que estes constituem metade (50%) do Parque Habitacional do Bombarral.”¹⁰

⁹In “Diagnóstico Social do Concelho do Bombarral”, Dezembro de 2004

¹⁰Idem

Neste contexto, melhorar as condições de habitabilidade dos agregados familiares que vivem em habitações degradadas no Concelho do Bombarral será o grande objectivo a alcançar no médio/longo prazo. Para tal, torna-se imprescindível a existência de um levantamento aprofundado sobre as condições de habitabilidade do Concelho. Sabe-se que esse estudo já foi iniciado por parte da Autarquia, pelo menos no que concerne à vila do Bombarral. Será agora necessário que se lhe dê a continuidade desejada para o resto do Concelho.

Também a Habitação Social constitui uma solução a ter em conta, não só porque colmata algumas das carências existentes em termos de habitação, como pelo facto de ir, tendencialmente, ao encontro de algumas das situações sociais mais preocupantes do Concelho.

Segundo o Diagnóstico Social, “Actualmente, o concelho do Bombarral possui 12 alojamentos de Habitação Social, totalmente preenchidos, situados na Freguesia do Vale Covo, desde o ano 2002.” **Contudo, a implementação de Habitação Social nos Concelhos não deverá ser feita sem ter em conta os contextos sócio-familiares e culturais dos destinatários. Embora economicamente possa ser menos dispendioso, não é aconselhável a construção em altura em freguesias de cariz marcadamente rural, caso da maioria das freguesias do Bombarral. Não é previsível que hábitos com décadas de enraizamento se desfaçam com facilidade no caso de se proceder à mudança de habitação. Até pelo facto de, na maior parte dos casos, o contexto local permanecer o mesmo, isto é, as pessoas mudam de casa, mas não mudam de terra.**

Neste sentido, sabendo-se que, “...durante a passada década foi feito um levantamento pela C.M.B. de onde resultou um acordo com o Instituto Nacional da Habitação no sentido da construção de 45 fogos no Concelho, distribuídos pelas 5 freguesias.” e que, “Neste momento está em fase de projecto a construção de mais 9 alojamentos no Salgueiro.”, será de esperar que as entidades investidas neste processo, tenham em conta os aspectos atrás referidos, de modo a que a transição e esperado desenvolvimento se faça de uma forma sustentada e articulada com os contextos locais.

¹¹ Idem

¹² Idem



EIXO DE INTERVENÇÃO: Plano Familiar Integrado - HABITAÇÃO

Finalidade	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Estratégia	Indicadores
<ul style="list-style-type: none">Melhorar as condições de habitabilidade dos agregados familiares que vivem em habitações degradadas.	<ul style="list-style-type: none">Melhorar as condições habitacionais ao nível do conforto e salubridade, através da conservação, beneficiação e reabilitação das respectivas habitações.Implementar Habitação Social em algumas freguesias do Concelho.	<ul style="list-style-type: none">A partir de 2005 elaborar o levantamento sobre as habitações degradadas do Concelho.A partir de 2005 elaborar uma hierarquia de prioridades em relação à intervenção a efectuar nas habitações.A partir de 2006 conseguir condições para a criação de Habitação Social no Concelho.	<ul style="list-style-type: none">Diagnosticar as situações habitacionais carenciadas do Concelho.Estabelecimento de acordo com o Instituto Nacional de Habitação (I.N.H.) no sentido de elaborar novo protocolo relativo à Habitação Social para o Concelho.Informar sobre os programas de Reabilitação Habitacional existentes.	<ul style="list-style-type: none">Número de habitações intervencionadas.Número de famílias beneficiadas.Número de habitações protocolarizadas com o I.N.H.

PLANO DE ACÇÃO - Habitação

Actividades	Calendarização	Recursos Humanos	Recursos Materiais	Entidades Responsáveis
Levantamento das habitações degradadas da vila do Bombaral	Maio – Dezembro de 2005	Técnicos da Divisão de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico da C.M.B.	Viatura da C.M.B.	C.M.B.
Levantamento das habitações degradadas do restante Concelho	A partir de Janeiro de 2006	Técnicos da Divisão de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico da C.M.B	Viatura da C.M.B.	C.M.B.
Reunião com o I.N.H.	A partir de Junho de 2005	Técnicos da Divisão de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico da C.M.B. Técnica de Acção Social da C.M.B. Vereador da Acção Social da C.M.B.	Sala de Reuniões	C.M.B.

Grupo de Trabalho: representantes da Câmara Municipal do Bombaral; representante do S.L.S.S do Bombaral.



PLANO FAMILIAR INTEGRADO

Toxicodependência

“Os jovens que consomem drogas a título experimental ou recreativo não desenvolvem problemas graves de toxicodependência. Para estes jovens os riscos de dano estão, sobretudo, relacionados com a eventual ocorrência de acidentes, rixas ou problemas com a polícia, ou com a prática de relações sexuais sem protecção quando se encontram sob a influência do álcool ou de drogas ilícitas. No entanto, uma pequena, mas significativa minoria de jovens que consomem drogas a título experimental torna-se efectivamente toxicodependente e desenvolve graves problemas de saúde relacionados com essa dependência.”¹³

É um dado adquirido que, hoje em dia, poucas são as pessoas que, directa ou indirectamente, não tiveram um contacto com as chamadas drogas ilícitas, seja pelo facto de terem experimentado, seja por terem contactado com alguém que já experimentou.

O caso do Bombarral não é diferente dos restantes, muito embora o problema da toxicodependência não atinja proporções alarmantes no Concelho. Reportando-nos ao Diagnóstico Social do Concelho, refira-se que “(...)muito embora, a questão da toxicodependência não constitua um problema grave no panorama geral do quadro da saúde no Concelho, é de registar que este, assim como o alcoolismo, é um campo por desbravar (...)”¹⁴, mais ainda, **“Este desconhecimento da realidade concelhia nesta matéria, acrescido ao crescente número de casos sinalizados aos serviços da Segurança Social do Bombarral, poderá apontar para que este possa ser um problema emergente a um curto, médio prazo, no Concelho.”¹⁵**

Um dos motivos pelo qual este poderá vir a tornar-se um problema emergente prende-se com a falta de equipamentos de apoio e tratamento aos toxicodependentes do Concelho, que recorrem ao CAT de Peniche quando mais necessitados: “São vinte e sete (27), - 25 homens e 2 mulheres

¹³ In DRUGNET EUROPE – Boletim do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, nº 44, Nov/Dez 2003.

¹⁴ In “Diagnóstico Social do Concelho do Bombarral”, Dezembro de 2004

¹⁵ Idem

- os utentes do Bombarral que frequentam o CAT de Peniche, deslocando-se normalmente em transporte próprio ou de familiares, ou em transporte público. Este último meio é mais complicado de usar devido ao facto de não haver transportes directos entre o Bombarral e Peniche, o que muitas vezes impede a deslocação dos potenciais utentes, particularmente os de fora da sede de Concelho.”¹⁶

Um outro dado revelado no Diagnóstico do Concelho diz respeito à precocidade com que actualmente se verificam as primeiras experiências com drogas: “Preocupante parece ser também o aumento do consumo de drogas leves nos escalões etários mais

baixos, o que leva a crer que muito embora a informação seja cada vez mais e de maior qualidade, alguma coisa não está a funcionar em termos de prevenção primária”¹⁷

Neste sentido, era importante criar no Concelho alguns mecanismos de prevenção da toxicodependência, seja através da promoção de acções de Prevenção Primária (por exemplo a candidatura a um Plano de Prevenção Primária), seja através de um estreitamento de relações com o CAT – Peniche.

¹⁶ Idem

¹⁷ Idem



EIXO DE INTERVENÇÃO: Plano Familiar Integrado - TOXICODEPENDÊNCIA

Finalidade	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Estratégia	Indicadores
<ul style="list-style-type: none">• Criar mecanismos de prevenção das Toxicodependências junto da Comunidade.	<ul style="list-style-type: none">• Promover acções de Prevenção Primária da toxicodependência no Concelho.	<ul style="list-style-type: none">• A partir de Junho de 2005 criar condições para candidatura a um Plano de Prevenção Primária.• Estabelecer uma relação mais estreita com o Centro de Apoio à Toxicodependência (CAT) de Peniche.• Promover acções de formação/informação em colaboração com o CAT de Peniche.• Melhorar a comunicação entre o CAT de Peniche e o Centro de Saúde do Bombarral.	<ul style="list-style-type: none">• Trabalho de parceria entre o CAT de Peniche e a C.M.B.• Possibilitar a criação de um acordo de parceria entre o CAT de Peniche e o Centro de Saúde do Bombarral.	<ul style="list-style-type: none">• Número de participantes nas sessões informativas a realizar.• Número de profissionais da saúde participantes nas sessões informativas a realizar.

PLANO DE ACÇÃO - Toxicodependência

Actividades	Calendarização	Recursos Humanos	Recursos Materiais	Entidades Responsáveis
Realização de sessão informativa sobre Toxicodependência	A partir de Junho de 2005	Técnicos do CAT	Sala para realização da sessão. Equipamento audiovisual	CAT - Peniche
Candidatura a um Plano de Prevenção Primária	A partir de Junho de 2005	Técnicos da Área Social da C.M.B.	Equipamento informático	C.M.B.

Grupo de Trabalho: representantes da Câmara Municipal do Bombarral; representante do S.L.S.S do Bombarral; representante do Centro de Apoio a Toxicodependência de Peniche; representante da G.N.R. do Bombarral; representante da Escola Secundária do Bombarral; representante do Agrupamento de Escolas Fernão do Pó.



PLANO FAMILIAR INTEGRADO

População Portadora de Deficiência

“ É importante alterar as mentalidades da sociedade dando uma perspectiva diferente do cidadão deficiente. É preciso consciencializá-la para não ver apenas a deficiência das pessoas como deficiência, mas perceber que estes cidadãos são como os outros, têm os mesmos pensamentos, preocupações, sentimentos e necessidades. É necessário perceber que as pessoas com deficiência formam uma camada social heterogénea, que existem muitas categorias distintas de deficiência e que cada uma delas afecta de forma diferente quem as tem. É necessário que as pessoas sem deficiência percebam como nasceram os preconceitos e subsequentemente mudem os seus comportamentos” (Henrique Mendonça, Presidente da Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes)¹⁸

Os constrangimentos que a sociedade impõe aos deficientes na participação activa do seu funcionamento, criando preconceitos e estigmas em relação aos portadores de deficiência, contribui de forma relevante para a indiferença com que esta problemática é muitas vezes tratada, daí resultando uma quase inexistência de políticas sociais neste âmbito e uma insuficiente cobertura de equipamentos de apoio a este tipo de população.

Esta realidade verifica-se também no concelho do Bombarral onde, segundo dados do Diagnóstico Social, **“o número de indivíduos portadores de deficiência, particularmente com um grau superior a 60%, suscita desde logo alguma preocupação, visto não existir no Concelho qualquer instituição que acolha ou trate este leque da população.”**

A população deficiente do Bombarral conta, basicamente, com o apoio do Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor, sedado em Caldas da Rainha. Esta entidade de Educação Especial, por estar espacialmente mais próxima do Bombarral, acolhe uma razoável quantidade de indivíduos oriundos do Concelho o que, no entanto, não impede que existam ainda algumas dificuldades no que toca ao transporte dos utilizadores que, na maioria dos casos, é feito pelos próprios meios ou por intermédio da Autarquia.

¹⁸ In O Jornal do Deficiente, nº 60, Jul./Ago. 2003, pp.4

Para se proceder à elaboração de um programa de intervenção na área da deficiência torna-se necessário um estudo pormenorizado desta problemática, para que haja um conhecimento aprofundado acerca da mesma, no sentido de se estabelecerem estratégias de intervenção integradas e sustentadas.

Neste sentido a realização de um levantamento capaz de identificar e caracterizar a população deficiente do Concelho torna-se imprescindível para posteriores acções a levar a cabo, nomeadamente a criação no Bomarral de um Centro de Apoio para pessoas portadoras de deficiência.



EIXO DE INTERVENÇÃO: Plano Familiar Integrado – POPULAÇÃO DEFICIENTE

Finalidade	Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Estratégia	Indicadores
<ul style="list-style-type: none">• Conhecimento da População portadora de Deficiência no Concelho.	<ul style="list-style-type: none">• Identificar e caracterizar a população portadora de Deficiência no Concelho.	<ul style="list-style-type: none">• A partir de Junho de 2005 elaborar um levantamento abrangente da população deficiente residente no concelho do Bombarral, considerando o tipo de deficiência, a situação sócio-familiar e profissional e as suas carências de integração sócio-profissional.	<ul style="list-style-type: none">• Estabelecimento de parceria entre a C.M.B. e a Comissão Municipal para a Integração das Pessoas com Deficiência¹⁹.• Elaboração de uma ficha de identificação da pessoa portadora de deficiência.• Contacto com as Juntas de Freguesia do Concelho.	<ul style="list-style-type: none">• Número de questionários realizados.

¹⁹ A Comissão Municipal para a Integração das Pessoas com Deficiência foi constituída no âmbito da Assembleia Municipal

PLANO DE ACÇÃO – População portadora de Deficiência

Actividades	Calendarização	Recursos Humanos	Recursos Materiais	Entidades Responsáveis
Levantamento da população deficiente residente no concelho do Bombarral	A partir de Junho de 2005	A designar	Equipamento informático. Viatura ligeira Ficha de recenseamento da população deficiente	CMB Comissão Municipal para a deficiência do Bombarral Juntas de Freguesia Outras a designar

Grupo de Trabalho: representantes da Câmara Municipal do Bombarral; representante da Comissão Municipal para a deficiência do Bombarral; representantes da população deficiente do Bombarral.



5. MODELO DE AVALIAÇÃO

Entendida como essencial para qualquer planeamento ou projecto que se queira implementar, a Avaliação pode definir-se como o processo através do qual se obtêm informações relativas aos resultados alcançados, à eficácia e eficiência das intervenções realizadas e aos obstáculos que surgiram no decorrer das acções, no sentido de possibilitar uma percepção o mais realista possível da(s) intervenção(ões) realizadas. A avaliação deverá, pois, ser compreendida como um processo reflectivo sobre a acção, indispensável para o planeamento de projectos futuros.

Aquilo que é proposto como modelo de avaliação do PDS do Bombarral deve ser entendido como um modelo virado para a utilização, ou seja, deverá ser uma avaliação por objectivos, procurando medir a relação entre as actividades concretizadas e as finalidades e objectivos inicialmente previstos, e deve ser uma avaliação colectiva, na qual uma equipa multidisciplinar participa e onde a informação é partilhada por todos.

MODELO DE AVALIAÇÃO DO PDS DO BOMBARRAL

TIPO DE AVALIAÇÃO	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
Auto-Avaliação de Acompanhamento (On-Going) e Final (Ex-Post)	<p>Coerência – pretende-se a verificação da relação entre os objectivos traçados inicialmente e os objectivos alcançados durante o processo da acção.</p> <p>Conformidade – Pretende-se a verificação das acções tendo em conta as normas ou procedimentos inicialmente exigidos.</p> <p>Eficácia – Verifica em que medida os resultados obtidos reportam aos objectivos previamente estabelecidos.</p> <p>Eficiência – Verifica em que medida os resultados do(s) projecto(s) justificam os recursos mobilizados.</p> <p>Utilidade – Pretende-se verificar em que medida os resultados alcançados corresponderam às necessidades que estiveram na sua origem.</p>

“O Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento que orienta as respostas às necessidades individuais e colectivas. O seu objectivo é servir de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social, quer elas sejam elaboradas no âmbito da operacionalização do plano pelo C.L.A.S. (através do Plano de Acção), quer elas sejam propostas fora do âmbito do C.L.A.S.. Neste sentido, o Plano de Desenvolvimento Social procura vincular as iniciativas de todos os agentes cujo âmbito de actuação tem repercussões no desenvolvimento social dos concelhos.”

In “Plano de Desenvolvimento Social”, Instituto de Desenvolvimento Social, Lisboa 2002



ENTIDADES CONSTITUINTES DO CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DO BOMBARRAL

- Associação de Comerciantes do Bombarral
- Associação de Pais da Escola Secundária do Bombarral
- Associação de Pais da Escola Fernão do Pó
- Associação de Solidariedade do Pó
- Associação Viagem de Volta - Comunidade Terapêutica de São Mamede
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral
- Câmara Municipal do Bombarral
- CAEOESTE (Centro da Área Educativa do Oeste de Torres Vedras)
- Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor de Caldas da Rainha
- Centro de Emprego de Caldas da Rainha
- Centro de Saúde do Bombarral
- Centro Social Paroquial do Bombarral
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Bombarral
- Comissão Local de Acompanhamento do Rendimento Mínimo Garantido
- Conferência Vicentina do Santíssimo Salvador do Mundo
- Conferência Vicentina de Nossa Senhora da Conceição
- Escola Secundária do Bombarral
- Escola Básica 2,3 Fernão do Pó.
- Grupo Sócio Caritativo do Vale Côvo
- Grupo Sócio Caritativo do Cintrão
- Instituto de Reinserção Social de Caldas da Rainha
- Instituto Português da Juventude - Delegação de Leiria
- Junta de Freguesia do Bombarral
- Junta de Freguesia do Carvalhal
- Junta de Freguesia do Pó
- Junta de Freguesia da Roliça
- Junta de Freguesia de Vale Côvo
- Santa Casa da Misericórdia
- Segurança Social (Serviço Local do Bombarral)

ENTIDADES CONSTITUINTES DO NÚCLEO EXECUTIVO DO CLASB

- Câmara Municipal do Bombarral
- Segurança Social (Serviço Local do Bombarral)
- Santa Casa da Misericórdia do Bombarral
- Grupo Sócio-Caritativo do Vale Côvo
- Grupo Sócio-Caritativo do Cintrão, Casalinho e Moita-Boa
- Conferência Vicentina Santíssimo Salvador do Mundo
- Associação de Pais da Escola E.B. 2,3 Fernão do Pó